

ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS PARA O PET-PSI

*Áderson Costa
Júnior
Caroline Gomide
Daniel Rodrigues
Diego França
Fernanda Lima
Glenda Nóbrega
Henrique Carvalho
Jéssica Malaquias
Juliana Mendes
Lígia Libâneo
Lude Marieta Neves
Marcela Iwano
Marcela Moraes
Mariana Silva
Marília Veiga
Priscila Prado*

RESUMO

A extensão universitária pode ser caracterizada como um trabalho social sobre uma realidade objetiva, gerando um produto em parceria com a comunidade e que colabore com o desenvolvimento de diferentes contextos da sociedade. O objetivo deste artigo é caracterizar a filosofia da prática extensionista praticada pelo PET-Psi, descrevendo-se o desenvolvimento de três atividades de extensão executadas e suas implicações para a construção de um processo de conhecimento recíproco entre a universidade e os segmentos da sociedade que participam destas atividades. São descritas atividades realizadas com idosos, com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial e no projeto de desenvolvimento de Promotoras Legais Populares (PLPs). As atividades proporcionam um sistema contínuo de diálogo e de troca de saberes, contribuindo para a construção da cidadania e participação sociopolítica de universitários e comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: extensão universitária, extensão popular, universidade, sociedade.

ABSTRACT

The university extension can be characterized as a social work on an objective reality, creating a product in partnership with the community and cooperating with the development of different contexts in society. This article aims to characterize the philosophy of extension practice followed by PET-Psi, describing the development of three extension activities implemented and its implications for the construction of a mutual process of knowledge between the university and the segments of society involved in these activities. The article explains activities with old-aged people, users of CAPS (Psychosocial Attendance Center) and the PLP's course. The activities provide continuous system of dialogue and knowledge exchange, contributing to the construction of citizenship and social/political participation of all attendants, academics and community.

KEYWORDS: university extension, popular extension, university, society.

A premissa do Ministério da Educação, para um ensino superior e formação profissional de qualidade, é a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Todavia, a operacionalização desta proposta inclui algumas dificuldades: (a) o exercício do ensino e da pesquisa prevalece na prática acadêmica, em detrimento de atividades extensionistas; (b) parece existir um desconhecimento, no meio acadêmico e fora dele, do conceito de extensão e de como se configuram sua prática e objetivos; (c) observa-se uma escassez de recursos financeiros destinados à extensão, proporcionalmente maior do que a verificada para atividades de pesquisa.

No âmbito acadêmico, o espaço ocupado pela extensão é reduzido quando comparado ao destinado à pesquisa e ao ensino. Esta situação reflete o sistema vigente de avaliação de cursos de graduação e de pós-graduação, que priorizam a formação e a produção intelectual dos corpos docente e discente. Publicações em periódicos científicos indexados têm muito maior reconhecimento na academia do que o desenvolvimento de atividades de extensão e suas implicações junto à sociedade.

O termo “extensão” consta na prática cotidiana e na literatura com uma gama de significados. Tais definições permitem-nos compreender extensão como uma atividade que dissemina conhecimentos gerados pela universidade aos mais diversos setores da sociedade, na forma de prestação de serviços, troca de experiências, espaços de reflexão e interação, e divulgação de culturas. Uma proposta de extensão que tem interessado particularmente ao Programa de Educação Tutorial de Psicologia (PET-Psi) da Universidade de Brasília (UnB) é a de extensão popular proposta por Melo Neto (2002, p. 11), na qual ela é caracterizada como “trabalho social sobre a realidade objetiva, gerando um produto em parceria com a comunidade, (...) a esta comunidade deverá retornar o resultado da atividade de extensão”.

O apoio financeiro da instituição é um elemento, muitas vezes, essencial à execução e/ou manutenção da prática da extensão, haja vista o gasto com equipamentos, materiais e deslocamento até à comunidade em que irão se inserir. Embora os órgãos responsáveis pela extensão não questionem a necessidade de ajuda de custo para essas atividades e transporte para deslocamento pelas cidades do entorno do Distrito Federal, os recursos são reduzidos e nem sempre disponíveis em tempo hábil.

Há que se ressaltar que dois problemas podem ser gerados se a extensão se restringir a um segundo plano na prática acadêmica, e se não houver reconhecimento suficiente de sua relevância: o primeiro é transformar a extensão em um meio de coleta de dados de pesquisa, e o segundo é fazer da extensão mero depósito de conhecimentos técnicos, na certeza de que isso seria mais apropriado à comunidade, sem que haja a construção de um diálogo com a mesma.

A extensão entendida como simples depósito de conhecimento pode ser considerada uma invasão cultural, uma vez que o extensionista superpõe os valores de seu espaço de origem ao meio onde atua, reduzindo os participantes deste meio a objetos de sua ação. Tal prática pode configurar uma manipulação e conquista desse espaço invasor (FREIRE, 1983). Nesse sentido, o extensionista seria um sujeito hegemônico e também etnocêntrico, porque considera seu sistema de valor mais adequado que outras situações praticadas pela comunidade, subestimando a capacidade transformadora de seus participantes. A extensão como depositário de conhecimento na comunidade é antidialógica,

não permite comunicação e diálogo. Segundo Freire (1983) “ser dialógico é não invadir, não manipular, é não sloganizar” (p. 43).

A perspectiva de fazer da comunidade, por meio da atividade de extensão, um objeto de estudo, passivo à coleta de dados e intervenção é questionada pelo PET-Psi que entende a extensão como uma articulação entre o conhecimento produzido na universidade e o saber popular, ou seja, um diálogo ativo entre universidade e comunidade na qual o extensionista se insere. Esse diálogo, muitas vezes, é tenso e cheio de contradições, mas é nesse campo de conflito que, segundo Demo (2008, p. 64), “entendimento e desentendimento são partes integrantes da totalidade comunicativa”. De acordo com o autor, para o diálogo, é imprescindível haver interesses contrários, pois entre partes idênticas não há comunicação.

A postura que os membros do PET-Psi procuram manter é a de entrosamento com a comunidade, na qual seus integrantes são parceiros na produção de conhecimento e na busca de soluções concretas, conforme propõe Demo (2008). O diálogo é, portanto, caracterizado pela horizontalidade. Cada participante, membro da comunidade e extensionista, lançam mão dos conhecimentos que dispõem como forma de pensar a realidade da sociedade e o modo como ajudá-la a se desenvolver (FREIRE, 1983). Nesse sentido, rompe-se com a concepção da academia como uma entidade superior e detentora da verdade; universidade e sociedade educam e se autoeducam e são sujeitos ativos do processo de construção de conhecimento. (DEMO, 2008)

Essa postura de universidade, entidade superior e detentora da verdade é muito frequente tanto na academia quanto na percepção da sociedade. De acordo com Demo (2004), isso se deve ao modelo de universidade centrado na pesquisa e ensino, que se torna uma “torre de marfim”, no sentido de que se isola do restante da sociedade, perdendo-se em seu teoricismo. O autor propõe a extensão como forma da universidade descer da “torre” e entrar em contato com a realidade. O extensionista deve, nesse processo, “passar pelo batismo de fogo do reaprendizado da modéstia participativa” (DEMO, 2008, p. 51). A manutenção da “torre de marfim”, das relações estruturais, rígidas e verticais com a comunidade dificulta o diálogo, uma vez que não há a problematização do próprio conhecimento e de sua reação inevitável com a realidade.

O objetivo deste artigo, portanto, é caracterizar a filosofia da prática extensionista praticada pelo PET-Psi, descrevendo-se o desenvolvimento de três atividades de extensão executadas e suas implicações para a construção de um processo de conhecimento recíproco entre a universidade e os segmentos da sociedade que participam destas atividades.

A proposta de desenvolver uma atividade de extensão com uma população da terceira idade vem da necessidade da obtenção de informações sistemáticas sobre os idosos e um maior diálogo da academia com esta parcela da população, proporcionalmente cada vez maior e, muitas vezes esquecida. Esta fase do desenvolvimento humano ainda é percebida como um período de estagnação, ou seja, o idoso é visto como um ser humano sem perspectivas de futuro (NERI; DEBERT, 1999). Além desta visão, comumente nos deparamos com a ideia de que os idosos têm um desenvolvimento em declínio, o que é conceitualmente impossível (CASTRO, 1998). Na terceira idade, o idoso continua aprendendo e superando dificuldades que muitas vezes incluem limitações físicas, cognitivas, transtornos da senilidade, entre outros eventos naturais do curso da vida. O enfoque da proposta de extensão do PET-Psi não é sobre tais dificuldades, mas no processo de desenvolvimento do idoso, ou seja, como ele lida com as mudanças em sua vida.

Com o intuito de desmistificar esta etapa da vida fazem-se necessários estudos, investigações e contatos com os atuais idosos da nossa sociedade (RODRIGUES, 2003). A expectativa de vida no Brasil vem crescendo significativamente nos últimos anos, notando-se, então, uma falta de preparo da sociedade para lidar com idosos e suas necessidades psicossociais (NERI; DEBERT, 1999). Apesar do aumento proporcional desta população, a psicologia do desenvolvimento tem dedicado reduzida atenção a este tema, poucos alunos têm contato com professores pesquisadores desta área, e, na maior parte das vezes, quem desenvolve atividades profissionais prioriza a identificação de déficits e doenças.

O desenvolvimento da atividade de extensão foi baseado em uma visão dialética do desenvolvimento humano, em que fatores biológicos, sociais, individuais e culturais são considerados de modo indissociável. O objetivo do projeto era valorizar as histórias de vida dos idosos residentes no Distrito Federal, identificar os principais problemas que enfrentam, fornecer um espaço de escuta, de troca e de apoio tanto por parte dos universitários quanto dos integrantes do próprio grupo.

Após a proposta da atividade de Extensão ter sido elaborada, os alunos interessados fizeram contato com instituições, asilos e grupos de idosos em hospitais. Verificou-se que grande parte dos idosos encontrava-se em situação precária de vida, exposta a grande sofrimento, o que dificultava o emprego de uma visão mais otimista da terceira idade, a qual o grupo se propôs. Grupos formados de idosos tinham sua rotina estabelecida, os profissionais presentes tinham uma forma específica de trabalho, nas quais nosso grupo optou por não interferir. Outra opção foi a de buscar grupos de idosos independentes, prática bastante comum nos dias de hoje, nos quais eles se reúnem para executar atividades em conjunto como culinária, caminhadas, viagens, entre outras. Esta opção foi também descartada, pois os grupos visitados já tinham sua própria estrutura funcional e não fazia sentido uma intervenção que mudasse um sistema que já dava certo.

Tentou-se, então, uma terceira opção: montar nosso próprio grupo de idosos. Assim que essa decisão foi tomada, conseguimos o apoio da UnB que disponibilizou transporte até o Núcleo de Extensão do Gama-DF, onde fomos muito bem recebidos. Conseguimos também o apoio da Universidade para a confecção de cartazes de divulgação do grupo que denominamos Reflexões sobre a 3ª Idade. Fomos para o Gama várias vezes, espalhamos

cartazes pela cidade, visitamos casas e grupos de idosos, tudo com o intuito de convidar interessados para participar da nossa proposta.

Apesar da divulgação, durante vários dias nenhum interessado procurou o grupo. Pouco antes do final das atividades letivas da UnB, em 2008, cinco mulheres compareceram ao Núcleo de Extensão, interessadas em participar. Devido à falta de tempo hábil para execução de encontros semanais consecutivos, realizou-se uma oficina única de discussão com as participantes, com duração de duas horas.

COMO FOI A OFICINA

A oficina contou com a participação de duas alunas do PET-Psi e cinco idosas da comunidade. Inicialmente, as participantes fizeram uma breve apresentação de si e relataram os motivos do interesse pela oficina. Uma delas afirmou ter procurado o grupo devido interesse por psicoterapia. Foi explicado, então, que aquele grupo não tinha objetivos de psicoterapia, e que nós, estudantes de graduação, não tínhamos habilitação legal para tal fim. Foi esclarecido que a proposta era proporcionar um espaço de discussão entre as pessoas presentes. Outra participante relatou ter se interessado pelo grupo, pois já trabalhava como voluntária em outros grupos para idosos e pretendia adquirir novas ideias de oficinas, além de contribuir com sua experiência e contato com grupos da terceira idade. Outra participante era frequentadora assídua de todos os projetos de extensão do Núcleo, sua intenção era manter contato com a UnB, mesmo que apenas pela extensão, pois pretendia ser aprovada no vestibular. As demais participantes compareceram a fim de conhecer melhor a proposta, porém sem expectativas específicas. Para o segundo momento da oficina foi sugerida a Dinâmica de Crachás,

em que todas as participantes confeccionaram um crachá que transmitisse às demais sua história de vida, ou sua personalidade, ou o que elas quisessem transmitir sobre si. Duas participantes apresentaram um crachá escrito e as outras fizeram desenhos. As universitárias fizeram crachás parecidos, com desenhos que relatavam brevemente suas histórias de vida. As participantes da comunidade começaram a relatar uma visão otimista delas mesmas, contando sobre suas vidas e experiências atuais, sem referências ao passado. Entretanto, tudo mudou após o relato de uma das participantes que se referiu às principais dificuldades de sua vida, tanto do passado quanto da atualidade. Descreveu o quanto sofria diariamente e o que acontecia em sua vida, que aumentava ou sustentava tal sofrimento. Logo após o relato, as demais participantes prontamente descartaram os crachás que haviam sido anteriormente feitos e mudaram o curso de seus relatos. As demais sentiram a necessidade de expor ao grupo suas próprias dificuldades de vida.

Por meio dos relatos pessoais que surgiram no grupo, iniciaram-se as discussões. As participantes espontaneamente se questionavam sobre suas escolhas e se amparavam quando sentiam que os temas traziam lembranças carregadas de sentimentos negativos. Os principais focos de discussão foram conflitos familiares, depressão, solidão, cuidado com os filhos, religiosidade e histórias adversas de vida.

Até o final da oficina houve tempo suficiente para que todas pudessem se expressar, expor suas experiências e opinar sobre as questões levantadas. As participantes trocaram contatos por iniciativa própria e combinaram voltar a se encontrar em outros momentos para que pudessem dar continuidade às discussões e, até mesmo, ajudar uma das integrantes que não podia sair de casa e sentia falta de contato com pessoas de fora da sua família.

IMPLICAÇÕES DESTA ATIVIDADE

Apesar do projeto de extensão proposto não ter se concretizado, a oficina realizada deixou claro que existe a necessidade de espaços onde os idosos possam trocar experiências e discutir suas situações atuais. A maior parte dos grupos de idosos existentes não possui propostas de discussão de temas pessoais e cotidianos, restringem-se a trabalhos manuais, religião ou atividades físicas, como dança ou alongamento. A valorização das histórias de vida, da experiência pessoal, é muitas vezes esquecida, sendo o idoso conduzido a lugares para aprender a ser velho de forma saudável, sem voz ativa sobre sua própria condição. Apesar de a atividade ter sido breve, parece indicar alguma diferença na vida das cinco senhoras que agora se conhecem e se ajudam em dificuldades pessoais. Esta parcela da população tem demandas para as quais a universidade pode contribuir significativamente.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO EM SAÚDE MENTAL

A partir das atividades de ensino e pesquisa realizadas no PET-Psi se fez pertinente desenvolver uma atividade de extensão em saúde mental em um Centro de Atenção Psicossocial (Caps) do Distrito Federal com o objetivo de abordar questões ligadas à luta antimanicomial, à cidadania e aos direitos humanos com os próprios usuários do serviço. Surgiu, então, o interesse de se criar um subgrupo para planejar oficinas dialógicas com o propósito de despertar a capacidade crítica dos usuários em relação ao sistema de saúde mental, levando-os a se interessar pelo tema e ao engajamento na luta. Além disso, o tema favorece uma melhor

compreensão sobre a discriminação e estigmatização das pessoas com sofrimento psíquico, assim como pretende constituir um espaço aberto de acolhimento e exploração da criatividade dos usuários.

O subgrupo intitula-se “Arte e Desrazão: um espaço de convivência no Caps II-Paranoá” e está cadastrado no Decanato de Extensão (DEX) da UnB, o que facilita a formalização e continuidade do grupo. Ser categorizado como um Projeto de Extensão de Ação Contínua (Peac) é considerado um meio de estimular a participação de alunos e professores, uma vez que o vínculo institucional com a UnB propicia a captação de recursos e a obrigatoriedade de uma carga horária mínima de trabalho, permitindo maior dedicação dos extensionistas e o compromisso de realizar o trabalho conforme planejado.

O subgrupo realiza oficinas artísticas de diversos materiais e linguagens com usuários, familiares e funcionários do Caps II, do Paranoá, DF, região administrativa do Distrito Federal, marcada historicamente pela luta pró-moradia e longo processo de legitimação pelo Governo do Distrito Federal. O público atendido nesse serviço substitutivo de saúde mental abrange toda a região (incluindo o entorno e algumas cidades do estado de Goiás), apesar das diretrizes públicas da reforma preconizarem a atuação dos Caps restritas a suas respectivas unidades da Federação (BRASIL, 2004). Além disso, o Caps II caracteriza-se por uma dificuldade espacial, sua localização ao lado do Hospital Regional do Paranoá se reflete na prática do serviço, que acaba sendo associado equivocadamente ao modelo hospitalocêntrico de atendimento.

A atividade de extensão busca permitir e valorizar a criação de vínculos, a expressão da subjetividade dos participantes e a desconstrução da estigmatização da lógica manicomial nos serviços de saúde. Considera-se necessário, para tal análise, a atuação micropolítica a partir da cons-

trução de um espaço de “desrazão”, utilizando a arte, de modo que tais experiências auxiliem os processos de autonomização e emancipação dos usuários, ao mesmo tempo em que representam potencial subversivo pela sua capacidade transformadora. Os participantes da oficina, incluindo extensionistas, usuários, familiares e profissionais do Caps, são de diferentes origens sociais e exercem diversos papéis ao longo da atividade. Estão cadastrados nove alunos de graduação e de pós-graduação, sob coordenação de uma docente do Instituto de Psicologia. Cada oficina conta com a participação média de vinte usuários do Caps, quatro familiares e dois funcionários do serviço. Estrutturamos a oficina em diferentes momentos: aquecimento, atividade principal e compartilhamento de experiências. Para o aquecimento, utilizamos dinâmicas corporais com a duração de cerca de 15 minutos, para preparar as pessoas ao envolvimento que requer o passo seguinte. Durante a atividade principal, adotamos diferentes linguagens artísticas (música, argila, máscaras de gesso, pintura, colagem, entre outras) para expressão da subjetividade, facilitação da interação e troca de experiências e sentimentos entre os participantes. Nesse momento, os extensionistas realizam a atividade junto com os demais participantes: circulam pelo local desenvolvendo relações horizontais e mais próximas aos usuários, atuando de maneira micropolítica, conforme os princípios da Reforma Psiquiátrica. Por fim, no momento de fechamento, o grupo se reúne para dividir impressões e sentimentos a partir das vivências da oficina.

IMPLICAÇÕES DESTA ATIVIDADE

As oficinas realizadas no Caps II facilitaram a articulação entre Extensão Popular e Reforma Psiquiátrica. Portanto, compreendeu-se a prática extensionista como um trabalho social

útil (MELO NETO, 2006), produtor de cultura que proporciona a participação não apenas de agentes da comunidade universitária, mas em parceria com as comunidades externa e interna à UnB. Assim, a oficina foi construída a partir de um quefazer dialógico, e não apenas um produto pronto para os usuários, mas na construção da realidade, visando à superação das situações de opressão (FREIRE, 1982; 2005).

Os registros de diários de campo da atividade reforçam essa observação. Foram ouvidos relatos de institucionalização e mortificação. Práticas como o isolamento, a medicalização excessiva, o desrespeito às integridades física, psíquica e moral foram marcantes no histórico de alguns pacientes antes da atenção em serviços substitutivos. No espaço manicomial, essas pessoas eram contidas, estigmatizadas e separadas do convívio familiar, o que claramente contribuiu para a cronificação de sua situação de exclusão e adoecimento psíquico. A própria rotulação hospitalar a partir da doença, e não do sujeito, era relatada pelos usuários: além de despersonalizar o sujeito, fornecia obstáculos ao desenvolvimento de suas capacidades. Tais atividades marcam uma prática extremamente manicomial e ainda muito frequente no Distrito Federal, em função do predomínio do modelo hospitalocêntrico e da ausência de uma rede integrada de serviços substitutivos de saúde mental.

Já a partir da entrada dos usuários no Caps, os relatos remetem a outras formas de cuidar, como a elaboração do projeto terapêutico com funcionários do Caps e a participação em assembleias e oficinas. A entrada dos extensionistas nesse cenário se deu em um momento de estruturação do serviço e construção de práticas diferenciadas de cuidado, tendo como ressalva que, apesar da estruturação antimanicomial de tal serviço, vários profissionais da instituição tinham

sua formação e experiência profissional baseadas no modelo hospitalocêntrico de cuidado em saúde mental. Assim, o grupo de extensionistas inseriu-se na tentativa de desconstruir as práticas estigmatizadas e proporcionar outras formas de cuidado dentro do serviço.

Metodologias e técnicas artísticas são entendidas como ferramentas eficazes de mediação de significados, sentimentos e conteúdos psíquicos, por meio de uma construção criativa dos usuários frente ao seu próprio processo de sofrimento psíquico. Não é exigida a produção do belo, mas o exercício da invenção de si e do mundo. Espera-se, com esse contato e espaço de expressão, uma vivência terapêutica e a desconstrução manicomial.

A atividade é proveitosa para os alunos de psicologia por proporcionar uma formação mais consistente na atuação psicológica, com base numa experiência prática e supervisionada – dimensão não muito desenvolvida no curso regular – convidando alunos, usuários e profissionais para a construção da reforma psiquiátrica. Esta atividade de extensão promove uma reflexão crítica sobre as leituras e práticas do tema da loucura e da luta antimanicomial e sua relação com o cotidiano dos usuários do serviço.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO EM GÊNERO

As questões de gênero são amplamente difundidas, seja na mídia, na nossa história ou nos valores atribuídos no cotidiano de papéis de homens e mulheres, o que naturaliza certas funções consideradas “femininas” e “masculinas” e os valores a eles atribuídos. Estas concepções repercutem em vários campos de problemas sociais como a violência conjugal e a discriminação contra a mulher. Assim, o subgrupo de gênero

ro do PET-Psi, por meio de atividades de extensão, tem por objetivos: (a) investigar as relações de gênero na comunidade; (b) compreender como mulheres vivenciam e lidam com as desigualdades de gênero; (c) promover espaço de discussão e escuta acerca do tema da violência doméstica; e (d) contribuir com a construção de um saber interdisciplinar. Para isto, o subgrupo está vinculado ao Projeto das Promotoras Legais Populares (PLPs) que trabalham em favor de segmentos populares com legitimidade e justiça, no combate à discriminação e em prol do desenvolvimento da cidadania e igualdade de direitos.

A proposta do projeto é de orientar, aconselhar e instruir acerca da função do direito instrumental, além de produzir conhecimentos sobre as questões de gênero relacionadas à psicologia, antropologia, sociologia, arte e a outras áreas. A proposta traz o ideal da justiça, da democracia e da dignidade, possibilitando a criação de novos espaços de união e conhecimento acerca do feminismo, desigualdade de classes e raças, religião, direitos, violência, saúde, sexualidade, família e trabalho (CENTRO DANDARA, 2009).

COMO FUNCIONA O PROJETO

O projeto está em andamento no Distrito Federal desde 2005. O primeiro curso foi oferecido em São Paulo, em 1995, e desde então se expandiu para outras cidades do Brasil. No DF, o projeto acontece no Núcleo de Prática Jurídica da UnB, em Ceilândia, aos sábados pela manhã e tem duração de um ano. Atualmente, o curso está em sua quinta edição e a coordenação é composta por quatro parceiros: a UnB, fundadora do projeto, o Centro Dandara de Promotoras Legais Populares (composto por mulheres já formadas como PLPs), a Agende (Ações em Gênero, Cidadania

e Desenvolvimento) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DO DF, 2009)

As participantes do projeto são mulheres de qualquer idade que tenham interesse pela busca e luta por seus direitos. Muitas já tiveram seus próprios direitos transgredidos, presenciaram relatos de infração de direitos ou são líderes comunitárias dispostas a auxiliar mulheres que precisam de ajuda (CENTRO DANDARA, 2009). Uma PLP formada deve conhecer os direitos das mulheres, ouvir relatos de exposição à violência (qualquer tipo: física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral), acolher seus sofrimentos e providenciar os encaminhamentos necessários à preservação dos direitos legais. (PROMOTORAS LEGAIS POPULARES, 2009)

O curso de formação de PLPs possui uma metodologia com a participação ativa das mulheres na apropriação de conhecimentos práticos e teóricos. A capacitação é pautada pelos princípios da educação popular, na qual o diálogo é o principal instrumento. O curso oferece oficinas dinâmicas e o conhecimento não é passado passivamente, sendo as alunas instigadas a aprender sobre direitos entre homens e mulheres e a desenvolver uma consciência crítica sobre os diversos temas abordados. O conteúdo do curso abrange o contexto sociopolítico e a diversidade; a organização do Estado e dos direitos humanos; a violência contra a mulher e seus direitos – saúde, sexualidade, reprodução. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, 2009)

O curso é dividido em seis módulos. Cada um inclui a distribuição de apostilas com os referenciais teóricos discutidos e ensinados em sala de aula. O último módulo destaca a atuação das Promotoras Legais Populares em rede e, ao final, uma formatura solene é realizada.

As oficinas são ministradas por con-

vidados de uma das parcerias do projeto e tem como intuito promover a participação ativa das mulheres. Busca-se fugir do modelo clássico de ensino, em que uma pessoa de maior autoridade expõe conteúdos a serem aprendidos, sem a discussão e reflexão sobre os mesmos. Há muitas dinâmicas de grupo e espaço para as mulheres debaterem os temas abordados e relatarem experiências pessoais. Alguns dos temas abordados nas oficinas são: desigualdade de gênero, feminismo, gênero e classe, gênero e raça, gênero e religião, entre muitos outros. As atividades desenvolvidas são divididas entre os parceiros do projeto.

A INSERÇÃO DO PET-PSI NO PROJETO DO PLPS

O PET-Psi já vinha com o interesse nas questões de gênero há um ano, sem, entretanto, formar um grupo de extensão universitária. Tivemos, então, o primeiro contato com as Promotoras Legais Populares em um Ciclo de Debates sobre Direitos Humanos organizado pelo PET-Psi, para o qual elas foram convidadas a falar sobre os direitos da mulher e a divulgar seu projeto de extensão na área.

Acreditando, portanto, que a psicologia tenha muito a contribuir com a proposta do projeto, o PET-Psi optou por criar um subgrupo atuante nas Promotoras Legais Populares. Desta forma, as participantes, além da disponibilização de informações sobre seus direitos legais, contarão também com noções de gênero discutidas pela psicologia e até mesmo com informações sobre atendimento psicossocial. As alunas do PET-Psi inseridas no projeto têm também o intuito de promover a interdisciplinaridade entre os cursos, contando com uma coordenação aberta a diferentes concepções teóricas, áreas de conhecimento e propostas de atuação, além de vivências e práticas que se fazem possíveis

por meio da extensão universitária.

IMPLICAÇÕES DESTA ATIVIDADE

As alunas do PET-Psi, embora participem do projeto apenas desde o início de 2009, já vivenciaram diversas experiências significativas. Podemos observar que a turma é bem participativa, o que torna as aulas interativas e construtivas. Mulheres de todas as idades e de todos os níveis sociais participam do grupo, o que torna a troca de conhecimentos mais enriquecedora. Uma das palestrantes conseguiu imergir a turma nos papéis dos tipos sociais representados e a refletir acerca deles. Além disso, ela abordou muitas questões envolvendo gênero e fez a turma perceber muitos aspectos sobre diferenças entre homens e mulheres que foram construídas pela sociedade e pela nossa cultura ao longo dos tempos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das atividades de extensão desenvolvidas pelo PET-Psi se faz pertinente a discussão da prática extensionista na formação do estudante de graduação da UnB. A perspectiva de uma futura atuação profissional leva-nos a questionar a confluência dos saberes teóricos e práticos e como ambos se articulam na experiência de graduação. A atuação do PET-Psi na UnB e no Distrito Federal procura contemplar não só o saber teórico e técnico ou só o saber vivencial do campo; a atuação contempla ambas as fontes de produção de conhecimento.

A produção de conhecimento na academia não pode se restringir a um fazer teórico sem incluir um processo de elaboração do saber dos sujeitos que partilham e participam do contexto de pesquisa e intervenção. Uma vez admitindo-se a interface entre pesquisa e extensão, o PET-Psi

compreende as atividades de extensão que realiza como um exercício em que o diálogo e a troca de saberes horizontal constituem cidadania e participação social e política de todos os participantes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. Brasília, 2004.
- CASTRO, O. P. O Processo Grupal, a Subjetividade e a Ressignificação da velhice. In CASTRO, O. P. *Velhice que idade é esta? Uma construção psicossocial do envelhecimento* (p. 35-55). Porto Alegre: Síntese, 1998.
- CENTRO DANDARA DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES. *Perfil das PLPs*. Disponível em: <<http://www.centrodandara.org.br/>>. Acessado em: 14/5/2009.
- DEMO, P. *Avaliação Qualitativa*. Campinas: Autores Associados. 9. ed., 2008.
- _____. *Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livro. 1. ed., 2004.
- FÓRUM PLP. *Promotoras Legais Populares do DF*. Disponível em: <<http://forumplp.ning.com/>>. Acessado em: 14/5/2009.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 46. ed., 2005.
- _____. *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 8. ed., 1983.
- _____. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6. ed., 1982.
- MELO NETO, J. F. de. *Extensão Popular*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.
- _____. Extensão Universitária: bases ontológicas. In MELO NETO, J. F. de. *Extensão Universitária: Diálogos Populares*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2002.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. *Promotoras Legais Populares (PLPs)*. Disponível em: <<http://www.mpdft.gov.br/joomla/index.php/>>. Acessado em: 14/5/2009.
- NERI, A. L.; DEBERT, G. G. *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papirus, 1999.
- PROMOTORAS LEGAIS POPULARES. *Carta de princípios das Promotoras Legais Populares*. Disponível em: <<http://www.promotoraslegaispopulares.org.br/>>. Acessado em: 14/5/2009.
- RODRIGUES, A. M. *Construindo o Envelhecimento*. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2003.

Caroline Gomide, Daniel Rodrigues, Diego França, Fernanda Lima, Glenda Nóbrega, Henrique Carvalho, Jéssica Malaquias, Juliana Mendes, Lígia Libâneo, Lude Marieta Neves, Marcela Iwano, Marcela Moraes, Mariana Silva, Marília Veiga e Priscila Prado são estudantes de graduação em Psicologia da UnB e membros do Programa de Educação Tutorial de Psicologia (PET-Psi).

Áderson Costa Júnior é Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da UnB e Tutor do PET-Psi.